

9 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ

Melhoria da Segurança Pública, Redução da Violência e Combate à Impunidade

A busca do fortalecimento das instituições brasileiras nas áreas policial, penitenciária e judiciária foi o alvo permanente das ações implementadas no primeiro ano de gestão do atual Governo. Assim, as secretarias do Ministério da Justiça atuaram de maneira integrada para que o País começasse a sair de um cenário de intranquilidade generalizada, resultante dos altos índices de criminalidade, para um quadro que proporcione condições efetivas de segurança para o cidadão. Em nome dessa meta, o Ministério chegou ao fim de 2003 com a presença demarcada do Governo Federal na segurança pública, deixando para trás o papel de mero repassador de recursos aos estados para atuar diretamente na redução dos indicadores de violência e dismantelar a máquina criminosa que age no País.

Segurança do Cidadão

A instituição do Plano Nacional de Segurança Pública para o Brasil firmou novos critérios técnicos qualitativos, avançando prioritariamente no desenvolvimento de políticas focadas para a implementação do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP - que objetiva, fundamentalmente, a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal. Diante da impossibilidade de essas ações serem realizadas de maneira pontual e isolada, o Governo fez cumprir uma estratégia de integração entre as 27 unidades federadas, que aderiram ao SUSP.

Por meio desse Sistema, os governos estaduais e municipais passaram a apresentar projetos a serem financiados e fiscalizados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, dentro de normas que priorizam o atendimento eficiente às demandas da sociedade e o impacto na criminalidade. Foram investidos 288 milhões de recursos do FNSP na implementação de programas de prevenção e repressão ao crime, reestruturação e reaparelhamento das polícias, combate às organizações criminosas e análise criminal e estatística, conforme o quadro:

UF	EM R\$	
	2002	2003
ACRE	5.878.406,00	3.955.649,81
ALAGOAS	3.300.000,00	3.869.954,00
AMAPÁ	300.000,00	5.062.019,64
AMAZONAS	27.710.000,00	7.176.000,00
BAHIA	10.483.000,00	10.523.286,08
CEARÁ	9.823.486,00	9.216.681,80
DISTRITO FEDERAL	5.750.000,00	5.692.664,94
ESPÍRITO SANTO	0,00	20.204.209,54
GOIÁS	2.450.000,00	8.314.783,10
MARANHÃO	8.383.464,20	5.051.500,00
MATO GROSSO	1.900.000,00	8.338.192,49
MATO GROSSO DO SUL	7.930.000,00	9.000.000,00
MINAS GERAIS	18.535.000,00	30.023.529,76
PARÁ	11.061.838,20	11.474.200,00
PARAÍBA	3.635.000,00	5.500.000,00
PARANÁ	24.476.944,80	6.844.686,00
PERNAMBUCO	22.010.000,00	15.114.646,00
PIAUÍ	1.380.000,00	5.726.676,00
RIO DE JANEIRO	11.506.733,00	37.953.018,92
RIO GRANDE DO NORTE	700.000,00	8.000.000,00
RIO GRANDE DO SUL	7.100.000,00	19.980.875,08
RONDÔNIA	400.000,00	4.165.738,75
RORAIMA	2.496.879,00	3.670.499,50
SANTA CATARINA	6.295.000,00	7.251.672,00
SÃO PAULO	98.269.294,00	30.000.000,00
SERGIPE	2.480.000,00	3.840.485,00
TOCANTINS	10.852.335,80	2.361.609,00
TOTAL	305.107.381,00	288.312.557,40

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ – em 02.12.2003

A principal mudança instituída pelo SUSP na relação entre as polícias é a implantação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), o qual se encontra em operação no Mato Grosso, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Rio Grande do Sul, bem como o GGI criado para integrar as ações desenvolvidas na Região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). Os Gabinetes auxiliam na coordenação das operações das Secretarias Estaduais de Segurança Pública, bem como na dos representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Guarda Municipal, os quais definem, por consenso, as ações focadas no combate ao crime organizado.

O Ministério da Justiça tem como prioridade o desenvolvimento de ações de prevenção junto aos Estados e Municípios. Prevenção não no sentido de policiamento ostensivo, coibindo, por meio da presença dos profissionais de segurança pública ou da Guarda Municipal, a ocorrência de crimes, mas principalmente voltadas a crianças, a adolescentes e a jovens em situação de vulnerabilidade, de inclusão social, cultural, esportiva, educacional, mediante realização de oficinas temáticas, constituindo-se em uma nova abordagem para o enfrentamento da violência. Assim, os municípios de Diadema-SP, Paracambi-RJ, Piracicaba-SP, Resende-RJ e São Paulo-SP tiveram seus projetos para implantação de ações de prevenção - elaborados de acordo com as novas diretrizes - aprovados e apoiados com recursos do FNSP.

Já os Estados, além de apresentarem ações de Policiamento Comunitário, que buscam uma maior aproximação entre Polícias Estaduais, Guardas Municipais e população, desenvolveram projetos para acolhimento e atendimento a vítimas de violência, em especial crianças e adolescentes, através da implantação de serviços de atendimento. Os Estados que, no ano de 2003, apresentaram projetos para obtenção de recursos para a implantação dos referidos serviços foram Mato Grosso, Sergipe, Amapá e Ceará. Já os que não apresentaram projetos estão sendo estimulados a desenvolver, junto com a sociedade civil organizada, ações voltadas à infância e juventude, como prioridade absoluta.

Além dessas iniciativas, podemos destacar a participação e o apoio à consolidação do Consórcio Metropolitano de Recife - que durante um período de quatro meses realizou reuniões com representantes dos 14 municípios da Região Metropolitana de Recife, Governo do Estado de Pernambuco, Governo Federal (Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social), sociedade civil organizada e a comunidade - para debater as questões de criminalidade da Região Metropolitana e elaborar um Plano Metropolitano de Política de Defesa Social e Prevenção da Violência na Região Metropolitana do Recife. Foram repassados cinco milhões de reais para a implantação das ações planejadas pelo Consórcio Metropolitano, que estão essencialmente calcadas na consolidação dos Conselhos Municipais de Segurança, na realização de treinamento e na implementação de projetos de prevenção da violência na Região.

Destacam-se, ainda, as articulações realizadas com o Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, Sociedade Civil Organizada, iniciativa privada e organismos internacionais para a elaboração e execução de um Plano Estratégico de Prevenção da Violência para o bairro da Cidade de Deus, no Município do Rio de Janeiro. Esse projeto surgiu de uma demanda da comunidade do bairro, a qual teve grande participação no processo. A execução das ações idealizadas está em desenvolvimento, sendo a própria comunidade, agora, articuladora das diferentes esferas do Governo, da iniciativa privada e dos organismos internacionais.

Modernização da Polícia Federal

Durante o ano de 2003, encontrava-se em andamento um total de treze obras de construção, ampliação e reforma de bases operacionais do Departamento de Polícia Federal – DPF, com área aproximada de 80.000 m², das quais quatro foram concluídas no próprio exercício e as demais têm sua conclusão prevista para o ano de 2004. Considerando a importância para a melhoria da organização e do desenvolvimento das operações do DPF, para o próprio planejamento físico-financeiro das ações do PPA 2000-2003, e para o atendimento às crescentes demandas da Sociedade em relação à segurança pública, bem como as possibilidades de redução de custos, devem ser destacadas as obras de construção da Delegacia de Imperatriz no Estado do Maranhão - já concluída - e de construção das sedes das Superintendências do DPF nos Estados do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo, além das obras de ampliação do Instituto Nacional de Criminalística – INC em Brasília - todas com conclusão prevista para o ano de 2004. Cabe ressaltar que o novo Instituto Nacional de Criminalística – INC, com área de 9.824 m², em execução no âmbito dos Projetos Pró-Amazônia/Promotec, constituir-se-á em centro científico e tecnológico de referência no campo da investigação e da perícia criminal, em todas as suas especialidades, quais sejam, as de análise química, documentoscopia, balística, engenharia e meio ambiente, áudio visual e eletrônico, informática, contabilidade, análises de DNA e de perícias externas.

Adicionalmente, deve-se também registrar que o conjunto de equipamentos e acessórios do Sistema Automatizado de Identificação por Impressões Digitais – Sistema AFIS, adquirido pelo DPF, no âmbito dos Projetos Pró-Amazônia/Promotec - teve sua fabricação concluída em meados de 2003, já tendo sido iniciada sua instalação, de tal forma que os testes operacionais do Sistema sejam realizados no primeiro semestre de 2004. Por meio do Sistema AFIS, milhões de fichas de impressões digitais dos arquivos dos diversos institutos de criminalística serão informatizadas, permitindo às instituições policiais de todo o País o acesso a essas informações nos computadores instalados em suas bases operacionais e em suas viaturas, além de diversos outros benefícios, como a facilidade na coleta de impressões digitais, a maior segurança e confiabilidade na expedição de documentos, a agilidade e precisão na expedição de antecedentes criminais, a agilidade de perícias papiloscópicas em locais de crimes e o efetivo intercâmbio de informações criminais das diversas polícias, incluindo as polícias internacionais.

Combate ao Crime Organizado

Como medida preliminar e urgente, tendo em vista o descaso a que foram submetidas as polícias federais nos últimos anos, o Governo ampliou o efetivo do Departamento de Polícia Federal em 70%, com a criação de 5.500 novos cargos, a serem preenchidos em 2004. Além disso, foram investidos significativos recursos em equipamentos e instalações, de modo a conferir maior efetividade às ações de combate ao crime.

Em decorrência da iniciativa do Governo Federal de recompor o quadro de pessoal do Departamento de Polícia Federal, e de disponibilizar recursos significativos para investimentos em equipamentos e instalações, bem como para custeio das metas policiais programadas para o ano de 2003, foram realizadas diversas operações que culminaram em expressivos resultados no combate ao crime organizado. Dentre essas operações, deve ser destacada a *Operação Anaconda*, desencadeada em São Paulo-SP, que permitiu desmontar organização criminosa - integrada por servidores públicos federais e estaduais, membros do Poder Judiciário, advogados e empresários, com atuação nos Estados de São Paulo, Pará, Alagoas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul - acusada de formação de quadrilha, prevaricação, influência e corrupção, ativa e passiva. Cabe ressaltar que o combate ao desvio de conduta de servidores públicos, incluindo servidores da própria Polícia Federal e membros do Poder Judiciário, serviu para recrudescer a confiança da Sociedade na política de combate à corrupção, um dos objetivos centrais e permanentes do Presidente da República. O novo viés das ações federais de segurança se confirma ainda pelos resultados obtidos em outras ações, tais como as operações *Sucuri*, *Cobra*, *Pebrá*, *Vebra*, *Vassourinha*, *Cavalo de Tróia*, *Gnomo*, *Nicotina*, *Granada*, *Árabe*, *Atlas*, *Bloqueio*, *Plataforma*, *Seis Fronteiras*, *Rondônia*, *Capa*, *Aquário* e *Paisano*, e *Praga do Egito*, evidenciando para a Sociedade o alto grau de especialização e de inteligência da Polícia Federal.

Reestruturação do Sistema Penitenciário

Buscando o fortalecimento institucional do País, rumo à criação de um ambiente seguro ao cidadão e ao efetivo cumprimento da justiça, o Ministério da Justiça está colocando em prática uma política nacional para o Sistema Penitenciário. O Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN é o instrumento utilizado pelo Departamento Penitenciário Nacional para financiar e apoiar as atividades de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário.

Com o objetivo de reduzir o déficit de vagas do Sistema Prisional, recursos da ordem de R\$ 88,3 milhões foram repassados às Unidades da Federação para a Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais, gerando uma expectativa de criação de aproximadamente 9.200 vagas no Sistema Penitenciário. Em 2003 foram criadas, efetivamente, cerca de 3.600 vagas, frutos de convênios celebrados em exercícios anteriores. O projeto de construção da primeira penitenciária federal, no município de Campo Grande/MS, foi concluído, ficando a previsão de início das obras para março de 2004. Para o Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais, recursos do FUNPEN da ordem de R\$ 5,8 milhões foram transferidos aos Estados para aquisição de 627 equipamentos voltados para os aspectos da vigilância, segurança e demais serviços prestados pelos estabelecimentos.

Por outro lado, prevenir o delito e a reincidência por meio da oferta e prestação de serviços assistenciais ao preso e ao egresso é o melhor caminho para resgatar e consolidar os vínculos familiares e fortalecer a socialização, por meio da observância das normas de convivência, a partir do próprio meio carcerário. Nesse diapasão, em 2003, por meio da Ação *Assistência ao Preso, à Vítima e ao Egresso do Sistema Penitenciário*, foram repassados aos Estados recursos da ordem de R\$ 1,5 milhão visando a realização de projetos assistenciais beneficiando 29.826 pessoas. Além disso, de forma a viabilizar uma atenção integral à saúde da população compreendida pelo Sistema Penitenciário Nacional, a Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.778, de 9 de setembro de

2003, estabeleceu o repasse de R\$ 1.072.715,00 ao SUS/MS para o atendimento, por três meses, em estabelecimentos dos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Foram atendidas cerca de 31.000 pessoas presas. A gestão do programa, num processo de integração de políticas públicas, continua buscando articulações com outros órgãos na intenção de inserir a população carcerária em outros programas sociais, como Primeiro Emprego e Qualificação Profissional (MTE), Bolsa Escola e Erradicação do Analfabetismo (MEC), dentre outros. Por seu turno, a Profissionalização do Preso é considerada a atividade que mais contribui para reduzir os índices de reincidência criminal. Sendo assim, recursos do FUNPEN, da ordem de R\$ 126 mil foram transferidos visando promover a melhoria da qualidade de vida de 650 presos por meio da oferta de atividades sistemáticas de aprendizado e treinamento profissional.

Ainda nessa linha, o objetivo da Penitenciária Federal é abrigar os presos de maior periculosidade (cerca de menos de 1% da população prisional), visando atenuar a incidência de motins ou rebeliões no âmbito das Unidades da Federação e desarticular o crime organizado local – PCC, Comando Vermelho, etc. A ressocialização do preso comum é mais fácil quando aquele de maior periculosidade é afastado de seu convívio. Assim, a Penitenciária Federal será de grande importância para estabelecer o clima de paz nos presídios e oferecer condições de maior segurança à sociedade civil.

Além das penas privativas de liberdade, modernamente tem-se envidado esforços para, alternativamente, aplicar penas restritivas de direitos, onde o condenado será acompanhado por meio de órgãos especializados no cumprimento da execução da sua pena. Visando buscar a efetividade da aplicação das penas restritivas de direito pelo Poder Judiciário, foram transferidos aos Estados recursos da ordem de R\$ 460 mil, alocados na ação Serviço de Acompanhamento da Aplicação de Penas Alternativas, beneficiando cerca de 1.420 apenados.

Merece destaque, ainda, o início do projeto de realinhamento do Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN. Tal projeto é pautado na necessidade de utilização de um sistema informatizado que seja moderno e tenha eficiência desejada para possibilitar a administração prisional nas novas Penitenciárias Federais, bem como a necessidade de obtenção de informes estratégicos, em tempo real, nas diversas Unidades da Federação. Assim, o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional, irá adotar oficialmente um modelo de software para as Penitenciárias Federais a ser chancelado nacionalmente e repassado, sem ônus, aos Estados que não dispõem, ainda, de sistemas de administração prisional.

Atendimento e Legalização de Estrangeiro no País

Foi implantada a Central de Atendimento aos Estrangeiros, dentro dos padrões de qualidade no atendimento prestado ao cidadão/cliente, conforme previsto no Decreto nº 3.507/2000. As instalações contam com sistemas modernizados para o atendimento pessoal e informações por e-mail, fax e telefones, e ainda com um Disque-Denúncia do Trabalho Escravo. Em 2003, a Central de Atendimento aos Estrangeiros realizou 26.210 atendimentos, o que foi possível graças à maior agilização na tramitação dos processos, na medida em que possibilitou a prestação de maiores esclarecimentos ao seu público-alvo, permitindo, também, por conseguinte, a diminuição do acúmulo dos serviços nas Unidades do Departamento de Estrangeiros.

No âmbito da Ação *Digitalização dos Registros Históricos de Naturalização* - instituída para promover a digitalização de cerca de 211 mil registros de naturalização que compõem o acervo histórico da imigração no Brasil – foram digitalizados mais de 70 mil registros, proporcionando agilização no atendimento às solicitações de Certidão Negativa ou Positiva de Naturalização, reduzindo o prazo de atendimento de seis para apenas um mês.

Por seu turno, a ação Regularização da Situação de Estrangeiros também obteve um ótimo resultado em 2003, refletido na análise de mais de 49.500 processos, que contou com a parceria do Departamento de Polícia Federal.

Segurança nas Rodovias Federais

O patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais - principal atividade da Polícia Rodoviária Federal - PRF - está baseado na presença física e na ação policial direta objetivando a preservação da incolumidade pública, ao longo e às margens das rodovias federais.

Nesse sentido, a partir do reconhecimento da necessidade de dotar a PRF dos meios necessários à consecução dos seus fins - considerando-se o baixo quantitativo do efetivo operacional da PRF frente à grande extensão do território nacional - o Governo, já em seu primeiro ano de gestão, promoveu a abertura de concurso público destinado ao preenchimento de 2.200 cargos nos quadros da Instituição.

Por outro lado, a aplicação intensiva de recursos científicos e tecnológicos, bem como os investimentos em equipamentos, viaturas e veículos especiais para o Patrulhamento das Rodovias e Estradas Federais, conferem maior agilidade à PRF, tornando suas ações mais eficientes e eficazes, tanto do ponto de vista da gestão administrativa quanto no aspecto operacional. O quadro seguinte evidencia os resultados obtidos em 2003 comparativamente ao ano de 2002, revelando um incremento no número de veículos fiscalizados e de autos de infração (AI) extraídos.

SUPERINTENDÊNCIA	2002			2003		
	VEÍCULOS FISCALIZADOS	AI EXTRAÍDOS	(%)	VEÍCULOS FISCALIZADOS	AI EXTRAÍDOS	(%)
9ª SRPRF RS	691.126	114.635	16.59%	955.339	132.833	13.90 %
4ª SRPRF MG	718.371	84.582	11.77%	880.635	118.652	13.47 %
6ª SRPRF SP	723.016	130.211	18.01%	744.870	144.408	19.39 %
3ª SRPRF MS	554.788	39.747	7.16%	595.012	44.885	7.54 %
10ª SRPRF BA	351.837	35.388	10.06%	414.619	48.191	11.62 %
5ª SRPRF RJ	363.077	24.747	6.82%	380.386	50.470	13.27 %
17ª SRPRF PI	304.977	11.713	3.80%	343.415	13.846	4.03 %
11ª SRPRF PE	346.170	43.825	12.66%	338.228	48.258	14.27 %
2ª SRPRF MT	297.546	32.429	10.90%	310.445	30.511	9.83 %
8ª SRPRF SC	270.066	53.845	19.94%	309.691	81.966	26.47 %
1ª SRPRF GO	265.791	22.803	8.58%	297.650	32.989	11.08 %
7ª SRPRF PR	237.911	23.853	10.03%	249.469	30.327	12.16 %
18ª SRPRF MA	242.287	15.821	6.53%	228.276	20.045	8.78 %
21ª SRPRF RO	262.082	26.502	10.11%	223.288	25.494	11.42 %
16ª SRPRF CE	295.468	24.089	8.15%	201.755	25.996	12.88 %
19ª SRPRF PA	216.342	13.139	6.07%	190.661	16.245	8.52 %
14ª SRPRF PB	174.704	13.845	7.92%	184.214	17.799	9.66 %
15ª SRPRF RN	130.620	14.082	10.78%	149.464	24.035	16.08 %
13ª SRPRF AL	108.806	12.715	11.69%	116.268	18.286	15.73 %
1º DIST DF	51.905	6.251	12.04%	83.011	16.537	19.92 %
2º DIST TO	96.961	7.003	7.22%	80.950	6.676	8.25 %
12ª SRPRF ES	81.544	14.451	17.72%	76.107	14.258	18.73 %
20ª SRPRF SE	65.735	13.401	20.39%	46.818	8.700	18.58 %
5º DIST RR	12.795	1.224	9.57%	21.889	4.511	20.61 %
3º DIST AM	39.674	5.325	13.42%	21.462	2.806	13.07 %
4º DIST AP	18.522	1.666	8.99%	19.935	2.008	10.07 %
TOTALIZAÇÃO	VEÍCULOS FISCALIZADOS	AI EXTRAÍDOS	(%)	VEÍCULOS FISCALIZADOS	AI EXTRAÍDOS	(%)
DPRF	6.925.121	787.292	11.37%	7.463.857	980.732	13.14 %

Como atividade complementar de suporte operacional, a PRF, por meio do patrulhamento ostensivo de ronda com viaturas, desenvolve ações de fiscalização em pontos críticos, apreensão de animais a esmo nas rodovias, e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito, com repercussão na redução do número de mortos nas rodovias federais em decorrência de acidentes, a despeito das variáveis externas, que exercem forte influência sobre os resultados apurados, dentre as quais destacam-se as más condições de trafegabilidade das rodovias federais; o grande número de estabelecimentos comerciais às margens das rodovias que comercializam bebidas alcoólicas, estimulantes e psicotrópicos; e a ausência de manutenções preventivas periódicas nos veículos automotores, ensejando a incidência de falhas mecânicas. Some-se a isso o aumento do número de veículos e o correspondente incremento do número de condutores automotivos a cada ano. A seguir, é apresentado quadro comparativo dos resultados de 2002 e 2003.

NUMERO DE ACIDENTES REGISTRADOS EM RODOVIAS FEDERAIS – ANO 2002				
Com Vítimas	Sem Vítimas	Total	Feridos	Mortos
35.097	65.662	100.759	54.664	5.982
NUMERO DE ACIDENTES REGISTRADOS EM RODOVIAS FEDERAIS – ANO 2003				
Com Vítimas	Sem Vítimas	Total	Feridos	Mortos
37.620	64.359	101.979	59.085	5.672

Fonte: Relatório Operacional Diário – ROD (Ano 2002 e 2003)

Por fim, e não menos importante, a atuação da PRF, no contexto de segurança pública, está também prevista no Plano Nacional de Segurança Pública, no que diz respeito ao combate à criminalidade mediante a repressão ao roubo de cargas e veículos, ao tráfico de entorpecentes e à elisão fiscal. Os quadros abaixo revelam alguns dos resultados obtidos em 2002 e 2003.

QUANTIDADE DE ARMAS APREENDIDAS EM RODOVIAS FEDERAIS		
Armas	2002	2003
De Fogo	1.385	1.664
Branças	303	363
Munições	37.186	80.391

NUMERO DE APREENSÕES REGISTRADAS EM RODOVIAS FEDERAIS – ANO 2002					
DROGAS	Unidade	Quantidade	CONTRABANDO	Unidade	Quantidade
Anfetamina	Caixa	17	Bebida	Caixa	22.680
Barbitúrico	Caixa	2.223	Cigarro	Pacote	974.662
Cocaína	Gramas	520.108	Equip.Informática	Unidade	17.163
Lança-Perfume	Frasco	8.283	Eletrônicos	Unidade	94.008
Maconha	Gramas	24.515.199	CD	Unidade	509.179
Outras	Unidade	32.294	Outras	Unidade	765.461
NUMERO DE APREENSÕES REGISTRADAS EM RODOVIAS FEDERAIS – ANO 2003					
Drogas	Unidade	Quantidade	CONTRABANDO	Unidade	Quantidade
Anfetamina	Caixa	311	Bebida	Caixa	26.984
Barbitúrico	Caixa	1	Cigarro	Pacote	871.280
Cocaína	Gramas	527.387	Equip.Informática	Unidade	37.440
Lança-Perfume	Frasco	10.635	Eletrônicos	Unidade	71.462
Maconha	Gramas	33.069.065	CD	Unidade	563.614
Outras	Unidade	59.970	Outras	Unidade	31.459.930

FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS EM RODOVIAS FEDERAIS – ANO 2002					
Veículos	Unidade	Quantidade	Cargas	Unidade	Quantidade
Fiscalizados	Unidade	6.925.121	Roubada	Unidade	666
Notificações	Unidade	877.505	Recuperada	Unidade	157
Al's Extraídos	Unidade	787.292	Pessoas	Unidade	Quantidade
Recuperados	Unidade	2.382	Detidas	Unidade	9.302
Apreendidos	Unidade	82.905			
CNH Retidas	Unidade	13.525			

FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS EM RODOVIAS FEDERAIS – ANO 2003					
Veículos	Unidade	Quantidade	Cargas	Unidade	Quantidade
Fiscalizados	Unidade	7.463.857	Roubada	Unidade	147
Notificações	Unidade	1.099.291	Recuperada	Unidade	215
Al's Extraídos	Unidade	980.732	Pessoas	Unidade	Quantidade
Recuperados	Unidade	3.304	Detidas	Unidade	11.842
Apreendidos	Unidade	111.992			
CNH Retidas	Unidade	22.262			

Administração da Justiça e Promoção e Defesa de Direitos

Gestão da Política na Área de Justiça

Relativamente à defesa preventiva da ordem jurídica, competência insita do Ministério da Justiça, coube à Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa de projetos de lei que tramitaram (pareceres prévios) ou foram aprovados no Congresso Nacional (pareceres em sanção), e pela elaboração legislativa de matérias de interesse do Ministério.

Merece destaque, ainda, o trabalho de ampliação da disponibilidade de informações legislativas à sociedade por meio da implementação do Sistema de Acompanhamento de Normas - SISNORMA e da integração do Brasil à Rede Global de Informações Legislativas, via Internet. Tal sistema, em fase final de implantação e aperfeiçoamento, propiciará a universalização da informação e o acesso de quarenta e seis países aos atos normativos e seu histórico e aos artigos jurídicos brasileiros.

Realizou-se, também, o acompanhamento das Convenções Multilaterais firmadas pelo Brasil, em especial das Convenções Anticorrupção da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, da Organização dos Estados Americanos - OEA e da Organização das Nações Unidas - ONU; a

implementação dos referidos atos internacionais mediante a elaboração e proposição de projetos de lei que viabilizem sua aplicação no âmbito interno; e a preparação da defesa do Brasil no tocante ao monitoramento dos aludidos atos, tudo com vistas a adequar e modernizar a legislação pátria, possibilitando a aplicação dessas Convenções na ordem interna.

Adicionalmente, no decorrer de 2003, com o propósito de manter atualizado o Banco de Dados do Cadastro de Cartórios do Brasil, no qual consta até o presente momento o registro de 21.584 cartórios judiciais e extrajudiciais, foram expedidas correspondências a 1.965 comarcas de 22 unidades da federação. Vale destacar que, diariamente, são respondidas por correio eletrônico cerca de 30 consultas, inclusive do exterior, relacionadas aos cartórios, o que demanda, muitas vezes, a realização de pesquisas na legislação correspondente ou a consulta direta a profissionais de cartórios do Distrito Federal. Os consulados brasileiros também solicitam com certa frequência o auxílio deste serviço. Outrossim, relevante também ressaltar a disponibilização do Banco de Dados – no todo ou em parte - a órgãos da Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal) e a entidades associativas de notários ou de registradores.

Assistência Jurídica Integral e Gratuita

A assistência jurídica integral e gratuita, bem como outros programas federais voltados ao funcionamento adequado das políticas sociais básicas de caráter preventivo à violência, compõe uma gama de serviços públicos essenciais relacionados à ampliação da oferta qualitativa de políticas públicas, que incidem sobre o verdadeiro exercício da cidadania. As mudanças passam pela democratização do acesso à justiça, por meio da melhor atuação da Defensoria Pública da União, que tem como função prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, permitindo ao cidadão necessitado o acesso à Justiça, em conformidade com o disposto no art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 80/94. Em 2003 foram assistidos 133.730 cidadãos, o que representa um crescimento de 147% no número de atendimentos realizados em relação ao ano de 2002. Releva destacar que a Defensoria Pública da União conta com 110 Defensores Públicos atuando em 36 núcleos distribuídos pelos Estados da Federação.

Território e Cultura Indígenas

No âmbito da Ação *Demarcação e Aviventação de Terras Indígenas*, foram aplicados cerca de R\$ 1,8 milhão, possibilitando a demarcação ou aviventação de 536.847 hectares, garantindo-se, assim, para aproximadamente 6.016 índios de nove etnias diferentes, o direito às terras que tradicionalmente ocupam.

No que diz respeito à Ação *Regularização Fundiária de Terras Indígenas*, foram aplicados aproximadamente R\$ 23,4 milhões para a regularização de 5.739.247 hectares. Procedeu-se à realização de 15 levantamentos fundiários em terras indígenas, tendo sido identificadas 4.214 ocupações não indígenas; efetivou-se o pagamento de indenizações de benfeitorias de boa fé em 31 Terras Indígenas, num montante de aproximadamente R\$ 15,5 milhões, implicando remoção de 492 ocupações não indígenas, garantindo-se, dessa forma, o direito à posse e usufruto das terras que tradicionalmente são ocupadas por uma população de 3.912 índios.

Foram ainda iniciados os procedimentos técnicos para identificação de 55 Terras Indígenas, demarcação de 08 Terras Indígenas e alocados recursos de contrapartida para o pagamento de indenização de benfeitorias não indígenas em nove Terras Indígenas.

Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas

Em 2003, foram aplicados na Ação *Fomento às Atividades Produtivas em Áreas Indígenas* aproximadamente R\$ 10 milhões, beneficiando 33.906 famílias indígenas, destacadamente nas atividades extrativistas, no beneficiamento do óleo da castanha do Pará, no apoio à produção e comercialização, na aquisição de motores de centro para embarcações destinadas ao escoamento da produção e no fortalecimento das lavouras comunitárias e familiares por aldeias (arroz, feijão e milho).

Adicionalmente, foram aplicados cerca de R\$ 250 mil na “Capacitação de Indígenas e Técnicos de Campo para o Desenvolvimento de Atividades Auto-Sustentáveis em Terras Indígenas”, abrangendo 286 pessoas. Os cursos realizados junto às comunidades indígenas e técnicos de campo abordaram assuntos como avicultura, piscicultura, apicultura e agricultura; promoveu-se também a capacitação de lideranças indígenas nas áreas de

atividades produtivas e organização social. Realizou-se ainda treinamento em gestão ambiental e territorial; criação de abelhas sem ferrão; e sustentabilidade de recursos naturais. Relevante destacar a formação de agentes para o cadastramento de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, tais como o Fome Zero.

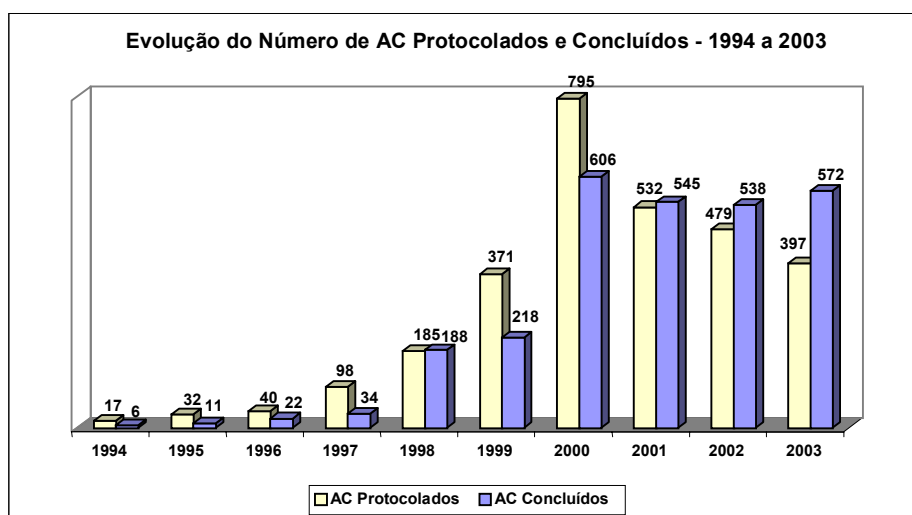
Defesa da Concorrência e dos Direitos do Consumidor

Defesa Econômica e da Concorrência

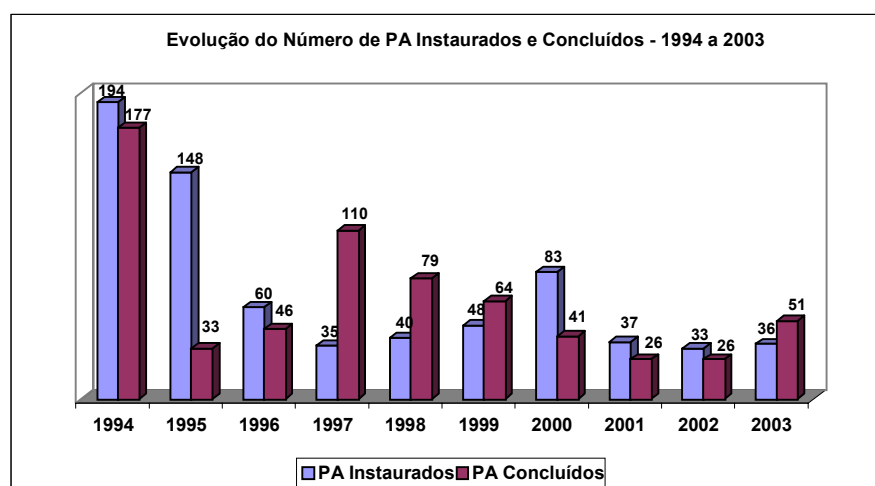
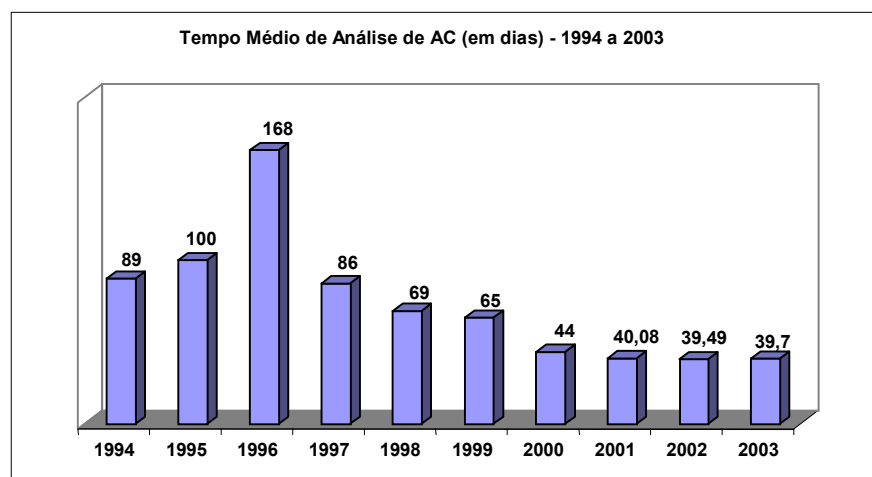
No âmbito do Programa *Defesa Econômica e da Concorrência*, a Secretaria de Direito Econômico – SDE focalizou sua atuação no combate a cartéis, que é considerada a pior das violações às regras de livre mercado, por ser a mais prejudicial ao consumidor e à sociedade. Pela primeira vez na história do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC articulou-se um programa efetivo de combate a cartéis, com medidas inéditas e criativas, atingindo setores estratégicos da economia. Utilizando recursos da ação de Instrução de Atos de Concentração e Processos Administrativos, a SDE reformulou a sua estrutura, trazendo delegados selecionados pela Polícia Federal para especialização em crimes contra a ordem econômica, constituindo um centro de inteligência em defesa da concorrência. Em um momento posterior, a Secretaria passou a empregar, de forma inédita, modernos instrumentos de investigação e obtenção de provas, como busca e apreensão de computadores e documentos na sede de empresas participantes de supostos cartéis, bem como interceptações telefônicas e filmagens dos envolvidos. Dentre esses mecanismos, destaca-se especialmente a implementação do “programa de leniência”, que permite a obtenção de informações dentro do cartel fornecidas por empresas que, em troca, têm reduzida a sua pena. A par de punir empresas que adotam condutas cartelizadas, iniciou-se a implantação de uma norma de certificação (“ISO antitruste”) para “premiar” as empresas que comprovadamente cumprirem as exigências legais que tratam da livre concorrência.

Ao longo de 2003 foram renovados os Acordos de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Petróleo – ANP e com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Cabe destacar que, em 2003, foram instruídos - somando-se atos de concentração, processos administrativos e averiguações preliminares - um total de 672 processos. Dessa forma, foi instruído praticamente o dobro do número de Processos Administrativos e cerca de 10% mais Atos de Concentração que em 2002. Foram arquivados também 202 procedimentos administrativos, boa parte deles em decorrência da Correição Geral Extraordinária promovida pela SDE. Esses dados estão apresentados de forma mais clara nos gráficos a seguir, que apresentam a série que compreende o período de 1994 a 2003.



Fonte: Setor Processual do DPDE

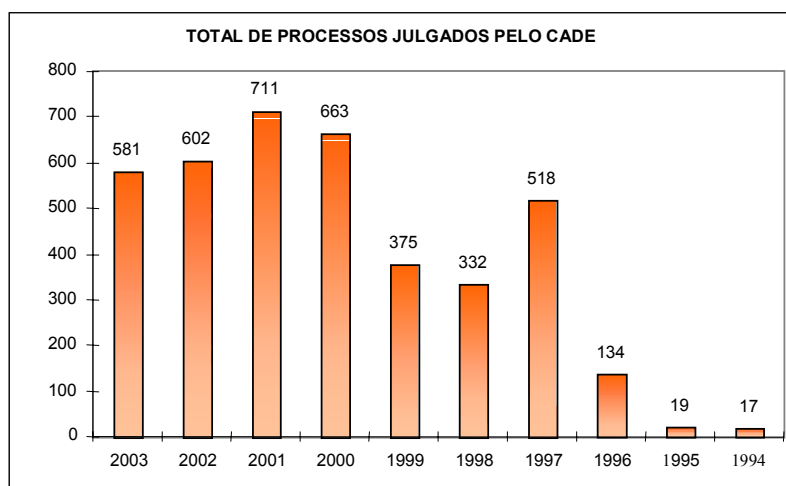


Fonte: Setor Processual DPDE

Paralelamente, em 2003 a SDE teve participação importante nos principais fóruns nacionais e internacionais que discutiram questões de interesse da defesa da concorrência no Brasil. Destacam-se, dentre esses, o Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Estudos das Relações de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional – IBRAC, a reunião anual da *International Competition Network* – ICN, o *V International Cartels Workshop*, reuniões da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e da *United Nations Conference on Trade and Development* – UNCTAD, além da reunião de Cancun da Organização Mundial do Comércio – OMC.

No campo da disseminação da cultura da concorrência e do exercício da chamada “Advocacia da Concorrência”, em julho de 2003 foi realizada a décima edição do Programa de Intercâmbio da SDE, que colocou estudantes de graduação e de pós-graduação em direito e economia em contato com a teoria e a prática da Defesa da Concorrência.

Por fim, no que se refere às ações do Programa *Defesa Econômica e da Concorrência* a cargo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, relevante destacar a de “Julgamento de Atos de Concentração e Processos Administrativos”, tendo sido julgados 527 atos de concentração e 23 Processos Administrativos. Devem ser mencionados também o julgamento de dois Recursos Voluntários, uma Averiguação Preliminar, três Consultas, três Representações e 22 Autos de Infração. O tempo médio registrado foi de 83,65 dias para Atos de Concentração e 405,35 para Processos Administrativos, tendo havido uma distribuição de 646 novos casos. A evolução do desempenho do CADE ao longo dos últimos 10 anos pode ser verificado no gráfico a seguir.



Fonte: Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Defesa dos Direitos do Consumidor

Na execução do Programa *Defesa dos Direitos do Consumidor*, merecem especial destaque, em 2003, as Ações *Capacitação de Agentes e Técnicos de Defesa do Consumidor*, *Promoção de Eventos Sobre Direitos do Consumidor* e *Implantação do Sistema Integrado de Defesa do Consumidor*. A qualificação dos agentes e técnicos de órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor fortalece a atuação desses órgãos junto aos cidadãos e consumidores, que passam a ter uma prestação de serviço mais efetiva e concreta no atendimento aos seus direitos. A título de comparação, em 2002, houve a capacitação de 153 técnicos, enquanto que em 2003 foram capacitados 538 técnicos, tendo sido previstos anteriormente 379. Tais dados ilustram que a execução alcançada em 2003 mais do que triplicou em relação à de 2002, além de ter suplantado o previsto, o que reflete o esforço de integração do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - DPDC com os órgãos e entidades de defesa do consumidor visando à qualificação destes na defesa da cidadania e do consumidor.

O fomento das discussões relativas aos direitos e deveres do consumidor, nos espaços de discussão nacional e internacional, propiciou a elaboração de propostas e diretrizes de atuação por parte do Departamento e dos Procon's e entidades civis de todo país que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, principalmente no que concerne aos novos parâmetros de controle social na reformulação de marcos regulatórios para prestação de serviços essenciais, como telefonia, energia, transportes e petróleo. Merece também destaque a execução física desta Ação de *Promoção de Eventos Sobre Direitos do Consumidor* que quase dobrou em relação a 2002, período em que houve apenas cinco eventos realizados. Já em 2003, o Departamento conseguiu promover nove importantes eventos de defesa do consumidor, dos quais sete realizados diretamente e dois apoiados.

Em oposição à falta de execução observada em 2002, a implantação do Sistema Integrado de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC) foi finalmente iniciada ao final de 2003. Para tanto, desde o início de 2003, foram realizados estudos e análise do projeto, tendo sido escolhido como o melhor sistema a ser implantado aquele desenvolvido pela Fundação Procon do Estado de São Paulo (Procon-SP). Assim, foi realizado Convênio com essa Fundação, contemplando a aquisição de seu software, o qual, adaptado à realidade nacional, deverá começar a ser implantado nos Estados a partir de 2004, o que contribuirá para uma maior integração dos órgãos de defesa do consumidor, auxiliará o DPDC na coordenação da Política Nacional de Defesa do Consumidor e ainda possibilitará a publicação do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, contribuindo, assim, para a melhoria do mercado de consumo brasileiro. É um verdadeiro marco para a Defesa do Consumidor, cujos resultados atenderão à expectativa de todos os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Em 2003 o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – CFDD investiu R\$ 4 milhões em projetos sociais nas áreas de defesa do consumidor, proteção ao meio-ambiente e recuperação do patrimônio histórico. Esse é um valor maior que a soma do que foi aplicado nos quatro anos anteriores. Um outro resultado associado a esse dado é que o número de convênios celebrados foi também maior que a soma de todos os firmados até então. Implementou, também, medidas para aprimorar os procedimentos de instrução dos processos de análise dos projetos, além de reformular a regra de apresentação e de seleção dos projetos. Em consequência disso, o Conselho foi capaz de selecionar com um mecanismo mais adequado os projetos que merecem prioridade de análise, segundo critérios pré-definidos pelos Conselheiros. Tal medida já se encontra em vigor, e permitiu a redução do estoque de projetos que até então não tinham sido objeto de qualquer apreciação.